

Estudantes se mobilizam para o Coneb da UNE

De 2 a 5 de julho acontece na Unicamp o 10º Conselho Nacional de Entidades de Base (Coneb) da União Nacional dos Estudantes. Deste fórum participam todos os centros e diretórios acadêmicos (CAs e DAs), na proporção de um delegado e um suplente por entidade.

“Esse fórum ganha importância ainda maior no momento político em que vivem o país e as universidades. Vamos aprofundar o debate sobre a crise das universidades públicas e desmascarar o governo, que

tem no marketing demagógico um de seus pilares de sustentação”, afirma o presidente da UNE, Ricardo Cappelli.

O presidente da UJS, Orlando Silva Jr., considera o Coneb a principal atividade da UJS no movimento estudantil neste período “Vai ser um espaço para reforçar a ação em torno da candidatura de Lula e Brizola. É preciso mobilizar toda a nossa militância para chegar ao Coneb com uma grande e combativa bancada, contribuindo para o êxito desse fórum e o crescimento da UJS”.

A Classe Operária



R\$ 1,00

Orgão Central do Partido Comunista do Brasil

Oposição consolida unidade e coloca campanha na rua



Formado o comando da campanha de Lula e Brizola, integrado por representantes do PT, PDT, PSB, PCdoB e PCB, começam as mobilizações de rua para garantir a vitória oposicionista. Os partidos que integram a frente estão elaborando o programa de governo.

Já estão programadas manifestações em Pernambuco e Minas Gerais. Os partidos realizam convenção em junho, quando lançarão oficialmente Lula e Brizola candidatos a presidente e vice presidente da República.

Página 3

Barbárie na Albânia capitalista

A viúva do líder da revolução albaesa, Nexhmije Hoxha, denuncia: “As forças obscurantistas derrubaram o socialismo com ferocidade bárbara e arruinaram a nossa indústria, assim como todas as riquezas que o povo albanês havia criado”.

Página 10

Suharto é expulso do poder na Indonésia

Os protestos populares levaram à queda do ditador Suharto. Continuam as mobilizações por anistia política, pela democratização e desenvolvimento econômico do país e em defesa da soberania do Timor-Leste, sob domínio indonésio.

Página 11

Milhares protestam contra FHC



A Marcha Nacional contra o Desemprego e pelos Direitos Sociais reuniu cerca de 30 mil pessoas, no último dia 20, em Brasília. Organizado pelo Fórum Nacional de Luta por Emprego, Terra e Cidadania, o protesto unificou os mais diversos setores descontentes com a política que vem sendo aplicada no país. Reuniu os movimentos sindical urbano e rural, estudantil, de luta pela terra e pela moradia, além de partidos políticos.

No ato realizado depois de uma grande passeata, o candidato da oposição, Luis Inácio Lula da Silva, ironizou as declarações de Fernando Henrique e conclamou a unidade da oposição para derrotá-lo.

Página 5 e 12



Obrigado, dom Paulo

Jamil Murad*

No dia 17 de maio, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns entregou a Arquidiocese de São Paulo ao novo arcebispo, dom Cláudio Hummes, numa cerimônia emocionante. Ele deixou a Arquidiocese depois de 32 anos dedicados aos pobres, presos, sofredores e excluídos. "Eu não vou embora; vou ficar ao lado do povo, próximo dos que sofrem mais", declarou o cardeal na cerimônia em que disse "até logo".

Dom Paulo é um dos maiores líderes na Igreja Católica da corrente progressista. Durante o regime militar, colocou seu prestígio a favor da redemocratização do país, enfrentou ofensas, perseguições e até ameaças de morte.

Em 1976, dom Paulo soube que as forças ditatoriais haviam descoberto onde o PCdoB se reuniria e planejavam matar nossos principais dirigentes. Em dezembro daquele ano, o governo militar assassinou três grandes revolucionários: Angelo Arroyo, Pedro Pomar e João Batista Drummond. Dom Paulo tentou, sem sucesso, alertar o PCdoB para evitar a tragédia.



D. Paulo Arns e seu substituto, D. Cláudio Hummes

O arcebispo ajudou presos políticos, visitou-os nas prisões, reuniu-se com governantes, lutou pela anistia e o fim do regime. Organizou o livro *Brasil: Nunca Mais*, uma denúncia contundente das torturas cometidas contra presos políticos, e incentivou a formação do Grupo Tortura Nunca Mais.

Dom Paulo foi indicado para o Prêmio Nobel da Paz em 1989, ganhou o Prêmio Niwano da Paz no Japão e é chamado carinhosamente de "O patriarca dos direitos hu-

manos". Simples, humilde e discreto, manteve a coerência e o compromisso com o povo colocando-se contra o neoliberalismo e a opressão.

Em nome do povo sofrido que ele e nós defendemos, manifestamos ao cardeal nossa eterna gratidão dizendo obrigado e até logo.

**deputado estadual pelo PCdoB e membro da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa de São Paulo, que entregou ao cardeal dom Paulo o prêmio Santo Dias de Direitos Humanos*

Vital assume mandato em SP

O suplente de vereador do PCdoB, Vital Nolasco assumiu o mandato na Câmara Municipal de São Paulo no dia 19 de maio. Vital é autor da lei que criou o passe do desempregado. A lei 10.990, de 13 de junho de 1991 foi sancionada pela prefeita da época, Luiza Erundina, garantindo uma cota de passes para o trabalhador enquanto ele procura novo emprego. Erundina aplicou a legislação por seis meses. Depois de sua saída, a lei foi deixada de lado por Paulo Maluf, que assumiu a prefeitura.

Se naquela época a lei já era necessária, agora é mais ainda. Para Vital, "somente com a mudança da política aplicada pelo governo federal é que se pode combater, de fato, o desemprego e a crise social que ele gera". Porém, Vital considera de extrema importância medidas concretas de amparo aos que estão desempregados, como a ampliação do seguro-desemprego e a anistia de pagamento de taxas públicas, além do passe-desempregado.

PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

Representante dos anseios do povo das Gerais

O deputado Sérgio Miranda (PCdoB-MG) tem pautado seu mandato no debate dos grandes temas como as privatizações, a lei de concessões dos serviços públicos e as mudanças na área de infra-estrutura, como por exemplo, a reformulação do setor elétrico e das telecomunicações.

A privatização, por exemplo, está transferindo o patrimônio público para seletos grupos do setor privado. O valor que o governo está arrecadando com as privatizações ficou bem abaixo das previsões.

O trabalho de Sérgio Miranda na Comissão de Orçamento também tem servido para passar a limpo o método utilizado por FHC no gasto das grandes cifras do orçamento brasileiro. Sérgio vem denunciando o crescimento da conta dos juros e os baixos investimentos nas áreas sociais e até mesmo desvio do dinheiro público para atender critérios clientelistas de alguns parlamentares. Foi assim na compra de votos durante a votação da emenda da reeleição e nas votações das reformas econômicas e sociais.

Documentos importantes também foram publicados pelo mandato de Sérgio Miranda. Em 1995, o deputado já adiantava que o Plano Plurianual (PPA) iria levar o Brasil a um baixo crescimento econômico e por isso seria incapaz de trazer qualquer benefício para a maioria do povo brasileiro. No mesmo ano, sob a orientação de Sérgio, foi publicado o documento "Plano do Fundo do Poço", com críticas ao PPA. Em 1996, com a publicação do texto "Três Teses Contra o Plano Real", Sérgio desmontou com argumentos sólidos a propaganda do governo sobre o Plano Real e apresentou propostas alternativas para o país que contemplam efetivamente o interesse do povo brasileiro.

Essa postura do mandato de Sérgio Miranda, que busca sempre aprofundar as questões com argumentos concretos, tem sido destacada no Congresso Nacional. O resultado



Cuca Jorge

Sérgio: propostas concretas

do seu trabalho e da atuação como um parlamentar atento se traduz no reconhecimento da influência do deputado entre os 513 parlamentares da Câmara. Por três vezes consecutivas Sérgio Miranda foi reconhecido pelo DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar) como uma das "Cem Cabeças do Congresso Nacional".

Recentemente, a empresa Arko Advice destacou o deputado como um dos 103 parlamentares mais influentes do Congresso, justamente por ter se especializado em orçamento e infra-estrutura.

A exposição de suas idéias em reuniões, sindicatos, nas universidades e nas associações de moradores tem garantido a abertura de grandes espaços, justamente porque Sérgio não apresenta um discurso vazio, como FHC gosta de caracterizar a oposição. Sérgio leva propostas concretas para contrapor ao modelo de Fernando Henrique Cardoso. A presença do deputado também é grande nos movimentos sociais de Minas Gerais, sobretudo na mobilização dos trabalhadores e estudantes.

Essa conjugação perfeita dos mais diversos planos de atuação tem contribuído, em muito, para o crescimento da influência política do PCdoB em Minas Gerais, com resultados que também podem ser medidos pelo aumento orgânico do Partido. Por tudo isso, renovar o mandato de Sérgio Miranda é uma tarefa prioritária para os militantes e simpatizantes do PCdoB e para outros segmentos que vêm no deputado um parlamentar capaz de representar os anseios do povo das Gerais.



A vereadora Jô Moraes festeja aniversário de Karl Marx

O sonho de Marx vive

O aniversário de Marx, no dia 5 de maio, foi comemorado de maneira especial, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Uma série de atividades culturais foram desenvolvidas para levar o nome de Marx a diversas áreas.

Às 5 horas da manhã, na portaria 5 da Fiat, 3 mil operários se defrontaram com uma cena inusitada. Um grupo de pessoas, lideradas pela vereadora Jô Moraes (PCdoB-BH) estendeu uma faixa com os dizeres: "Parabéns, Marx. Teu sonho vive", enquanto cantavam músicas e tocavam violão. A atriz Carmem Juliana

recitou poemas com o tema do trabalho e panfletos com o poema de Schiller, "Ode à alegria", que faz referências a vida de Marx, foram distribuídos aos operários. Foi grande a receptividade e alguns operários comentavam, ao receber o panfleto, que nunca tinham visto uma atividade daquela forma. O movimento continuou na portaria 4 da Manemann. As comemorações continuaram, à noite, num bar tradicional da cidade. O próximo passo do grupo é montar a peça sobre o Manifesto Comunista, de autoria do médico Luiz Fazzito.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Marco Black - Administração: Francyrrose de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe Operária - Rua Adonir Barboza, 58 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 604 4140 - Fax: (011) 606 0412 - E-mail: classeop@ruralsp.com.br



Foi formado o comando da campanha de Lula e Brizola e os candidatos já participam ativamente da batalha eleitoral. Existe a possibilidade concreta da vitória das oposições. O governo FHC sofre o desgaste de sua política antipopular e anti-social

Campanha de Lula e Brizola irá para as ruas

“Como ainda não podemos fazer campanha, pois a lei eleitoral só permite isso a Fernando Henrique, vamos começar já a conversar com as pessoas”, anunciou Luiz Inácio Lula da Silva, durante a reunião dos partidos da frente oposicionista, dia 26 de março em São Paulo.

À exceção do PT, que faz convenção no dia 10 de junho, PCdoB, PDT, PSB e PCB realizam suas convenções nacionais dia 21 de junho, em Brasília, quando será realizado o ato oficial de lançamento das candidaturas de Lula e Brizola.

O primeiro emprego e a educação foram definidos como questões essenciais a serem tratadas na campanha oposicionista. Um programa de governo deverá ser elaborado pelos partidos que integram a frente. Lula e Brizola terão agendas separadas, mas também desenvolverão atividades comuns. Ainda em maio, os dois candidatos participam do seminário promovido pela Central Única dos Trabalhadores, em Petrolina, Pernambuco. Nessa atividade o PCdoB será representado pelo deputado federal baiano Haroldo Lima. Outra atividade conjunta será na capital mineira, onde Brizola recebe o título de cidadão belo-horizontino.

Quadro de instabilidade

A caracterização mais precisa do quadro político, econômico e social do Brasil indica a predominância da instabilidade e da inconstância. Essa situação resulta, em primeiro lugar, do próprio quadro mundial em que o Brasil está inserido - e mais do que nunca - enquanto país essencialmente dependente. No

âmbito da chamada globalização, essa dependência se aprofunda.

Qual é o suporte básico da sustentação da moeda real, considerada estável? É um câmbio bastante sobrevalorizado. Os juros são altíssimos. Os juros básicos ultrapassam os 20%. A finalidade é atrair o capital externo com uma vantagem que onera estupidamente o Tesouro Nacional e a produção do nosso país.

Esses capitais que vem de fora são remunerados com os juros elevados, aumentando o endividamento do Brasil. Esse fluxo de capital é estimulado para garantir reservas que vão sustentar a moeda, o real. Isto é artificial e não é duradouro. Ao invés de trazer competitividade, o câmbio sobrevalorizado derrota o produto nacional no mercado exterior.

Surge uma situação na qual também a própria exportação - importante pelas divisas no equilíbrio de contas externas - decai. É um círculo vicioso no qual uma moeda se baseia em pilas que são insustentáveis. A dívida pública brasileira chegará a US\$ 300 bilhões até o fim de 98 (US\$ 280 bilhões na previsão oficial) em função dessa dívida enorme do Tesouro.

Tendência autoritária

Uma política assim leva necessariamente a uma tendência autoritária, despótica. A reestruturação neoliberal traz grandes sacrifícios sociais e, em países como o Brasil, a uma tragédia social. É uma política que impõe grandes perdas sociais. São projetos que levam à contenção do próprio processo de produção. Não há o interesse em maior investimento na produção, mas uma lógica financeira em



Lula e Brizola no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

curso no projeto neoliberal, desviando recursos enormes da esfera produtiva. O desenvolvimento lento ou contido, sobretudo quando há introdução de tecnologias mais avançadas, oferece como consequência uma realidade estrutural de desemprego.

No terreno social, a situação é cada vez mais difícil. Vivemos hoje uma guerra civil não declarada. É crime organizado em todo canto, formando sociedades paralelas. Nos grandes centros brasileiros campeia a marginalização crescente, com gente dormindo nas ruas. A degradação é impressionante e rápida. A situação da saúde é lamentável, trágica. Doenças que se imaginava exterminadas, como a tuberculose, voltam com força. Morre-se mais de tuberculose do que de AIDS.

A situação social é dramática. A situação do campo brasileiro e o próprio desempre-

go no interior do país aí se inclui. O crescimento do movimento dos sem terra é dos que não tem mais onde trabalhar e avolumam o movimento - uma válvula de fuga, não de escape, para enfrentar essa realidade do desemprego.

O presidente da República impõe decisões fundamentais com medidas provisórias, concentra mais poder, passa por cima do Parlamento, enfrenta a própria Justiça, intervém até nos fóruns internos de outros partidos, como aconteceu na convenção do PMDB.

Movimento de resistência

Temos que trabalhar na formação de um grande movimento de resistência e de oposição. Uma campanha como a de Lula e Brizola - popular, com a marca da esquerda - deve atrair os setores de centro, em parte cooptados por FH. Devemos tam-

bém potencializar ao máximo a idéia da soberania, da defesa do Brasil. Esta é uma bandeira fundamental que precisamos erguer. Devemos compreender esse movimento de oposição e resistência no sentido e cenário mais amplos das forças políticas presentes hoje no país.

FH tem procurado juntar todas as forças dominantes, mas há uma tendência ao crescimento das contradições no interior dessas forças, com a possibilidade de minar expressivamente sua base de sustentação. As disputas por espaço são grandes e não ocorrem em torno de uma plataforma mais ou menos consequente do ponto de vista deles. Na realidade são fraudes e golpes os instrumentos de FH para mudar a correlação de forças. Pouco a pouco, na consciência popular, isso aparece como algo que deve ser execrado.

Campanha oposicionista ampla e unitária

As últimas pesquisas mostram o declínio da candidatura de Fernando Henrique. Não é por acaso seu extremo nervosismo, sua exaltação. É o humor da pesquisa, que mostra, nos grandes centros urbanos e nas camadas mais esclarecidas e informadas, a candidatura Lula suplantando ou se igualando com a candidatura Fernando Henrique. Esse é um grande ponto de partida. O projeto maior do PCdoB é unir uma ampla oposição a Fernando Henrique Cardoso dentro e fora da esquerda.

Ato empolga militância no Rio

Weverton Brito Lima

Um grande ato reunindo Lula e Brizola atraiu mais de 4 mil pessoas em São Gonçalo, município de Niterói, no Rio de Janeiro, no dia 16 de maio. “Finalmente o povo está unido”, era quase um desabafo obrigatório e foi uma das frases mais ouvidas durante a manifestação.

Tanto Lula quanto Brizola destacaram a necessidade de derrotar os governos neoliberais no país e nos Estados. No Rio de Janeiro, ambos enfati-

zaram a necessidade de eleger Antony Garotinho (PDT) para o governo. Lula acusou o governo federal de ser o responsável pela fome no Nordeste e denunciou a tentativa de FHC de tirar proveito político dos saques. Brizola afirmou que Lula é a legítima liderança popular surgida na nova geração que está sucedendo a dele, de Miguel Arraes e João Amazonas.

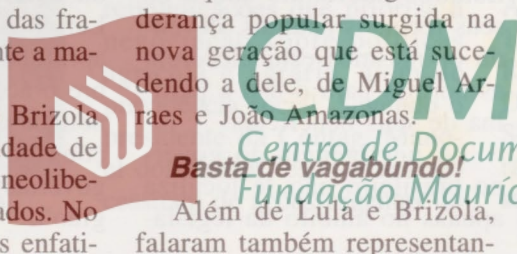
Além de Lula e Brizola, falaram também represen-

tes do PCdoB (deputada federal Jandira Feghali), PSB (ex-prefeito Saturnino Braga), PCB (Zuleide Faria de Melo), além do candidato a governador Antony Garotinho, o prefeito de São Gonçalo, Edson Ezequiel (PDT), e diversas outras personalidades. O PCdoB participou com destaque do ato, levando cartazes com a foto de FHC e os dizeres “Basta de Vagabundo. Detenção FHC Memória ao PCdoB”. Na banquinha do Partido mais de 20 pessoas se filiaram ao PCdoB.

Comando da campanha

Dirigentes do PT, PDT, PSB, PCdoB, e PCB reuniram-se dia 26 no Rio de Janeiro e definiram os nomes da coordenação geral da campanha presidencial da frente oposicionista. Foram indicados Luiz Gushiken (PT), Carlos Lupi (PDT),

Roberto Amaral (PSB), Edmilson Costa (PCB) e o vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo. Serão formadas, ainda, comissões de finanças, comunicação, agenda e mobilização, integradas por um representante de cada partido.



A irresponsabilidade de FHC e a seca

Inácio Arruda*

O governo Fernando Henrique não tem como dividir a responsabilidade pela grave situação que vive o Nordeste. Por diversos caminhos, realizou uma imensa sangria de recursos da Região, antes e depois de saber que o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), em outubro de 97, previu fulminante seca. Ainda acerca deste fenômeno, que tem mais de 120 anos de idade, outros organismos, cientistas e pesquisadores, comentaram há mais de um ano os efeitos previsíveis do El Niño. Mas FH insistiu no criminoso confisco.

São gigantescas as perdas dos estados brasileiros e de seus municípios a partir do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF - antigo Fundo Social de Emergência) e da Lei Complementar nº 87, de 1996, a "Lei Kandir". Apenas o Estado do Ceará e seus municípios perderam, no período compreendido entre novembro de 1996 e dezembro de 1997, um total de R\$ 165,6 milhões. Desse total, R\$ 65,9 milhões decorrem das perdas com a Lei Kandir entre novembro de 1996 e dezembro de 1997, e R\$ 99,6 milhões são prejuízos acarretados pelo FEF, de janeiro a dezembro de 1997.

As perdas ocasionadas pelo FEF, somadas, incluem o



Homens, mulheres e crianças se unem para conseguir comida

Fundo de Participação dos Estados (FPE), com mais de R\$ 60 milhões e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com R\$ 39,6 milhões. Segundo as projeções, inspiradas na execução orçamentária do Tesouro Nacional e Lei Orçamentária da União para 1998, o Ceará perderá praticamente R\$ 92 milhões em 98. O campeão de perdas no Nordeste em 1997 foi o Estado de Pernambuco, que ficou com menos R\$ 176,4 milhões, somando as perdas nas duas fontes FEF e Lei Kandir. Em 1997, a Bahia ficou em terceiro lugar nessas perdas, com R\$ 161,3 milhões e, em 1998, passou à primeira posição com R\$ 125,8 milhões (apenas FEF).

O Nordeste perdeu, em 1997, um total de R\$ 695,5 milhões, apenas em decorrência do FEF, dos quais um montante superior a R\$ 429,3 milhões corresponde ao FPE e R\$ 266,2 milhões são relati-

vos ao FPM. Em 1998, as perdas da Região ainda somarão R\$ 723 milhões, quase a metade do total de perdas de estados e municípios no País (R\$ 1,5 bilhão). Juntamente com as perdas de 1997 (R\$ 3,6 milhões, de FEF e Lei Kandir), somente aí os estados e municípios brasileiros perdem 5,1 bilhões.

A cada movimento, localizamos outras perdas. FH desviou recursos de R\$ 62 milhões da Sudene e do Dnocs para a amortização da dívida pública. Esses recursos deveriam ter sido aplicados em projetos no Nordeste, pelo menos atendendo às advertências do INPE. Mas, realizando cortes programados de recursos para investimento, perpetra o massacre de populações rurais. Quem escapa, é "zumbi" atormentado pela miséria e pela fome.

*Deputado federal (PCdoB-CE)

O saque da nossa biodiversidade

A deputada Socorro Gomes (PCdoB-PA) participou, em Cuba, nos dias 15 e 16 de maio, da X Reunião da Comissão de Meio Ambiente do Parlamento Latino Americano (Parlatino). A deputada fez o seguinte relato:

"O Brasil possui a maior diversidade biológica do mundo. Esta imensa riqueza, situada especialmente na floresta amazônica, tem despertado interesses de toda ordem, especialmente dos Estados Unidos, que são detentores do maior desenvolvimento biotecnológico do mundo.

"Dentro deste quadro e sob o pretexto de preservação do meio ambiente, de assistência às comunidades indígenas, do turismo e sob a proteção de convênios de cooperação científica, vem ocorrendo um verdadeiro saque de nossas riquezas biológicas. Amostras de plantas, espécies de animais e até mesmo o sangue de índios brasileiros têm sido levados do nosso território, ao arripio da lei, para servir de base para pesquisas,

especialmente de grandes multinacionais na área da indústria farmacêutica.

"A Comissão Externa da Câmara dos Deputados que apurou, no período entre agosto e novembro de 97, a prática de biopirataria na Amazônia, pôde estabelecer a dimensão real do problema, identificando seus principais aspectos, demonstrando as fragilidades do país tanto no que se refere aos aspectos legais quanto à inadequação das políticas governamentais.

"Do ponto de vista da legislação, podemos considerar como desastrosa a aprovação da Lei de Patentes e a não regulamentação da Convenção da Diversidade Biológica, especialmente nos seus artigos 15 e 19, onde é reconhecido o direito soberano dos Estados nacionais sobre os seus recursos naturais, devendo os mesmos estabelecerem as normas para o uso e partilha de seus benefícios.

"A negligência do governo brasileiro não se localiza apenas no âmbito da legisla-

ção. Os cortes de recursos nas áreas de educação, ciência e tecnologia, vulnerabilizam os centros de excelência do país e denunciam o distanciamento do governo de um projeto nacional de desenvolvimento.

"Ainda que timidamente, a sociedade começa a reagir a esta situação. Em nível de América Latina, o Parlamento Latino Americano - PARLATINO, realizou em Cuba, nos dias 15 e 16 de maio, a reunião ordinária de sua Comissão de Meio Ambiente, na qual participei de uma mesa onde se decidiu sobre o estabelecimento de um programa regional de ações legislativas contra a biopirataria e sobre um sistema de proteção legal para a preservação da biodiversidade. Neste sentido, deverá se realizar no Brasil, ainda este ano, um seminário Latino Americano quando se aprofundará as discussões sobre o acesso aos recursos genéticos envolvendo organizações governamentais e não governamentais de toda a região".

Unidade garante vitória na Andes

A chapa 2, oposicionista, ganhou a eleição da ANDES - Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior. A atual diretoria estava há 15 anos à frente da entidade.

A chapa vitoriosa é uma ampla composição entre o PT, PC do B, PSB, Corrente Sindical Classista, Andes Plural, Articulação Sindical e independentes. Na última eleição a oposição saiu dividida e perdeu. A unidade foi fundamental para que a chapa 2 obtivesse os seus 11.072 votos, 51,88% dos 21.342 votantes, que lhe garantiram a vitória. De um total de 69.169 filiados, 30,85% foram às urnas, um percentual bastante razoável considerando a greve nas universidades.

A situação teve 9.310 votos, ou 43,62%. O resultado expressa a vontade de mudança entre os docentes. A entidade vem num processo crescente de burocratização de sua atividade e seus fóruns. A visão estreita e sectária que conduzia a entidade afastou muitos docentes.

A defesa da universidade pública em oposição ao projeto privatizante de FHC está no centro do programa da nova diretoria, além da democratização da entidade e sua

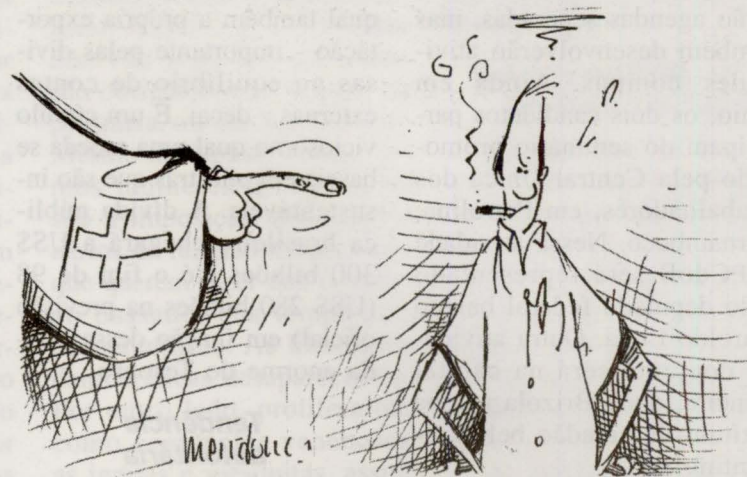
relação com os mais amplos setores da universidade e sociedade.

A nova diretoria é encabeçada pelo professor Renato (UFRS). Três militantes do PC do B integram a executiva: o vice-presidente, Dalton Macambira (UFPI); o 1º Tesoureiro, Márcio Florentino Pereira (UFGO), e a 2ª Tesoureira, Otávia Rodrigues (UFMG).

A posse será na abertura do Conselho Nacional das Associações Docentes, que será realizado de 26 a 29 de junho, em Campina Grande/PB. Na ocasião, a Corrente Sindical Classista estará realizando uma ampla reunião para discutir os novos rumos para a entidade.

Vitória nos Correios-PE

Outra grande vitória da Corrente Sindical Classista ocorreu em Pernambuco, no Sindicato dos Trabalhadores nos Correios. A Chapa 1, integrada pela CSC e independentes, obteve 694 votos (61,52%), contra 379 (33,59%) da Chapa 2, integrada pela Articulação, PSTU e Causa Operária. Sindicalistas da CSC ocuparão a secretaria geral, a tesouraria, a vice-presidência e elegeram mais 3 diretores na nova diretoria.



Inquisição pós-moderna

A CNBB (Conferência dos Bispos do Brasil) está preparando um documento que regulamenta a admissão de professores que não acolham "fidelmente a doutrina e a orientação da Igreja" nas universidades católicas.

Segundo o documento, os quadros diretivos docentes e funcionais da universidade devem ser constituídos majoritariamente por católicos; as universidades católicas deverão guiar-se pela fidelidade à doutrina e determinações da Igreja e seus estatutos e documentos normativos.

Para o bispo de Lins (interior de São Paulo), "alguns professores comunistas - que estão meio mortos - e ateus estão fazendo festa dentro da própria universi-

dade católica" (declaração à Folha de São Paulo de 2 de maio).

A presidente da Apropuc (Associação dos Professores da PUC - São Paulo), Madalena Guasco, disse que o documento representa um retrocesso. "A demanda que as universidades católicas atende não está ligada à religião católica, e sim ao ensino superior brasileiro. O documento agride a pluralidade, a democracia e autonomia - bases nas quais a PUC se construiu".

A Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino) está promovendo um encontro dos professores das universidades católicas em São Paulo, nos dias 14 e 15 de junho, quando o tema será discutido.

Protesto contra o desemprego reúne 30 mil em Brasília



Sindicalistas defendem a redução da jornada



A PM atacou até os parlamentares

Textos e fotos
Guiomar Prates

Cerca de 30 mil pessoas participaram da grande manifestação que tomou conta da Esplanada dos Ministérios, no dia 20 de maio, em Brasília. A Marcha Nacional por Emprego e Direitos Sociais foi organizada pelo Fórum Nacional de Luta por Emprego, Terra e Cidadania, composto por mais 40 entidades e partidos políticos, entre elas a CUT, UNE, Contag, PCdoB e PT.

O protesto deixou de ser manifestação isolada e unificou os mais diversos setores descontentes com a política que vem sendo aplicada no país. Desde o dia 17, um acampamento montado no Gran Circo Lar, espaço próximo ao Congresso Nacional, reuniu trabalhadores urbanos e rurais, desempregados, aposentados, sem-terra, estudantes e os que lutam nos movimentos em defesa da moradia, numa jornada que começou a ser preparada ainda no ano passado, no encontro nacional contra o neoliberalismo, em São Paulo, e que ganhou impulso no 1º de Maio.

Foram três dias de manifestações que culminaram com passeata até o Congresso e um ato público realizado depois de duas horas de um tumulto que envolveu cerca de 200 pessoas e a Polícia Militar. Bombas de gás lacrimogêneo, balas de borracha, cachorros e cavalos com homens armados com espadas foram jogados sobre os manifestantes. O pânico tomou conta da multidão. A polícia atacou indistintamente, não poupando parlamentares que tentavam acalmar os ânimos nem jornalistas que cobriam o evento.

Os dirigentes das entidades que organizaram a manifestação condenaram a truculência da polícia e também chamaram a atenção para o fato de que várias pessoas que também atacavam os policiais não serem identificadas como membros de nenhuma entidade ou partido. Isso leva à suspeita de agentes provocadores entre os manifestantes. Era consenso entre o comando da mobilização que o confronto não interessava aos trabalhadores que foram a Brasília para protestar pacificamente. Isso é

tão verdade que sequer havia sido organizada segurança própria para o ato.

Estilo truculento

O presidente em exercício, Antônio Carlos Magalhães, proibiu a manifestação em frente ao Congresso Nacional e elogiou a repressão da Polícia Militar que deixou 22 feridos, entre manifestantes, parlamentares e jornalistas. ACM assumiu a presidência por uma semana. Enquanto Fernando Henrique passeava pela Suíça e Portugal, seu vice, Marco Maciel, e o presidente da Câmara, Michel Temer, a também permaneciam no exterior para permitindo que o presidente do Senado mostrasse seu próprio estilo de governar.

A cobertura da imprensa privilegiou o confronto com a polícia, tentando caracterizar a manifestação como baderna. Alguns jornais, abertamente governistas, como *O Globo*, chegaram a publicar editorial de capa, condenando o protesto. Mas nenhum deles consegue esconder que os índices de desemprego tornam-se cada vez mais alarmantes.

Desemprego, um recorde que se supera a cada mês

A cada nova pesquisa, são milhares de trabalhadores que se incorporam nas estatísticas dos que não encontram trabalho.

Na Grande São Paulo já são 1,648 milhão de desempregados. A última pesquisa divulgada pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos), relativa ao mês de abril, informa que, em relação a março, há mais 92 mil desempregados. É um novo recorde, que se supera a cada mês. O desemprego é alto nas demais regiões metropolitanas do país e também nas cidades menores do interior dos Estados, segundo estudo de um grupo de economistas a Unicamp.

O tempo que cada desempregado gasta na procura de um posto de trabalho está aumentando, segundo técnicos do Dieese e da Fundação Seade. Em abril do ano passado, o tempo médio de procura era de 23 semanas. Agora, as pessoas passam, em média, 31 semanas procurando emprego. Este é um dos motivos

para o movimento sindical estar reivindicando a mudança na legislação do seguro-desemprego.

Disque-desemprego

Diante dessa situação, o Fórum Nacional de Luta por Emprego, Terra e Cidadania está investindo na criação dos comitês de luta contra o desemprego. Também criou o disque-desemprego que está funcionando na sede da CUT

nacional e tem o objetivo de cadastrar desempregados para a organização dos comitês.

Quem estiver interessado pode ligar gratuitamente para o número 0800- 158315, de qualquer ponto do Brasil.

Os atendentes, representantes das entidades que compõem o Fórum, esclarecem a quem telefona sobre os objetivos do disque-desemprego e fazem o cadastro que enviado aos comitês estaduais e regionais de luta pelo emprego.



Acampamento no Gran Circo reuniu vários movimentos



A passeata da Contag, no dia 19

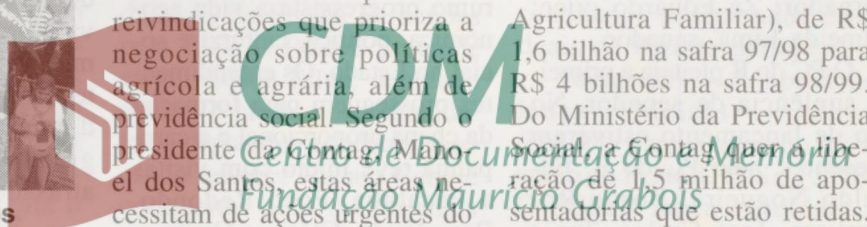
Contag lança Grito da Terra Brasil

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag) lançou no dia 19, em Brasília, o V Grito da Terra Brasil. A manifestação levou a Brasília 1500 trabalhadores rurais de todo o Brasil. Eles permaneceram no acampamento junto com trabalhadores urbanos e participaram do ato do dia 20.

A Contag entregou do governo federal uma pauta de reivindicações que prioriza a negociação sobre políticas agrícolas e agrária, além de previdência social. Segundo o presidente da Contag, Manoel dos Santos, estas áreas necessitam de ações urgentes do

governo para garantir aos trabalhadores rurais melhores condições de trabalho e sobrevivência.

A principal reivindicação apresentada ao Ministério de Política Fundiária é de aumento do número de famílias assentadas para 500 mil a cada ano. No setor agrícola, a Contag quer o aumento dos recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), de R\$ 1,6 bilhão na safra 97/98 para R\$ 4 bilhões na safra 98/99. Do Ministério da Previdência Social, a Contag quer a liberação de 1,5 milhão de aposentadorias que estão retidas.



Pernambuco polariza: Arraes x Jarbas

Luciano Siqueira*

A decisão do PT, por estreita margem de 7 votos, no encontro de Pernambuco, dia 18, no Recife, de aliar-se ao PSB no pleito de outubro, praticamente delineou o cenário político-eleitoral no Estado. O grande embate se dará entre o atual governador, Miguel Arraes (PSB), candidato à reeleição, e o ex-prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos (PMDB).

Jarbas Vasconcelos é o candidato da coligação União por Pernambuco, de centro-direita, com o apoio preferencial do Palácio do Planalto. No pólo oposto, Miguel Arraes reúne PSB, PDT, PCdoB, PT (e ainda PSN e PCB), na tentativa de um segundo governo da Frente Popular, prometendo reforçar a chapa Lula-Brizola na disputa presidencial. Pernambuco tem mais de 4 milhões de eleitores, sexto colégio eleitoral do país. Deu a Lula expressiva vitória sobre Collor no pleito de 1989.

Pelo PSDB, aliado ao PPS e ao PV, disputa o governo estadual o senador Carlos Wilson, que apóia FHC, abre espaço em seu palanque para Ciro Gomes, e pretende emergir como uma terceira força, adotando postura centrada no âmbito estadual. Com uma candidatura própria (ainda não anunciada), sem expressão eleitoral, o PSTU concentra o ataque na esquerda.

Campanha polarizada

A polarização é uma marca das lutas eleitorais em Pernambuco, desde a República Velha - dos conflitos entre grupos oligárquicos liderados por Dantas Barreto e Rosa e Silva, no início do século, aos recentes pleitos de 86, 90 e 94, passando pelos períodos da redemocratização, nos anos 40 e 50 e da vigência do regime militar, nas décadas de 60 e 70. No passado, expressava

contradições entre as próprias oligarquias agrárias. Um pouco adiante, na efervescência que antecedeu a Revolução de 30, colidiam setores agrários declinantes e a burguesia comercial e industrial emergente. Hoje reflete a divisão engendrada no país pelo avanço do neoliberalismo.

Observados os grupos hegemônicos, sobretudo entre os dois principais oponentes, a diferenciação é evidente. Na União por Pernambuco, sob a hegemonia do PFL, liderada pelo vice-presidente Marco Maciel, destacam-se velhas e modernas frações oligárquicas oriundas do campo, mas cada vez mais concentradas na especulação financeira, no grande comércio varejista, no setor de serviços, na construção civil ou associadas a empreendimentos agropecuários e industriais localizados no Meio-Norte e até Centro-Sul do País. "Essa gente conquistou votos aqui, ganha dinheiro fora e tem a cabeça feita pela Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo)", observa o governador Arraes. O discurso eleitoral tem como centro o crescimento econômico. O deslocamento de indústrias de médio porte do Sul e Sudeste para o Ceará, para onde são atraídas pelas facilidades fiscais e por uma espécie de semi-escravidão da mão de obra, é apontado como alternativa ao relativo atraso de Pernambuco.

A Frente Popular, que tem no PSB do governador Arraes a força hegemônica, mantém resistência ao modelo neoliberal e defende, por exemplo, a conclusão do porto de SUAPE e construção da ferrovia Transnordestina - com empreendimentos de médio e pequeno porte, atenuadores do desemprego, mediante forte intervenção estatal, como forma de sobreviver à crise geral do país. Representa basicamente os interesses das massas populares, das cama-



Arraes busca o apoio do PT

das médias urbanas, do empresariado de médio porte, dos agricultores sufocados pela política agrícola federal.

Novos desafios

A incorporação do PT à Frente Popular é o primeiro passo para uma sólida conjugação de forças anti-neoliberais.

A agenda de discussões entre os partidos coligados inclui, além da linha política, da condução da campanha e da composição da chapa majoritária, um tema especialmente polêmico - a ampliação da Frente com outras legendas, de feição conservadora. O PT anuncia discordância quanto à aliança com o PPB. O PSB afirma a unidade dos quatro partidos de esquerda como garantia de que a incorporação do PPB (e possivelmente do PTB) não descaracterizaria a frente. Tanto o PPB como o PTB não fazem maiores exigências, salvo a de integrarem a coligação proporcional, que reforçaria as chances dos seus candidatos a deputados.

O tema é cercado de muita polêmica, especialmente na esfera do PT de base fundamentalmente pequeno-burguesa urbana, notadamente entre o funcionalismo público, de inclinação corporativista, matizado por influências sectárias religiosas ou de natureza trotsquista - traços em última instância definidores da conduta das correntes de "esquerda" que se opunham a uma aliança com o PSB.

O PCdoB não propõe a aliança com o PPB. Mas considera que a questão não é de princípios, é tática. E que não deve ser abordada com rigidez nem preconceito - observa Marcelino Granja, do Comitê Estadual - particularmente numa conjuntura adversa e diante de um eleitorado em grande parte politicamente atrasado.

* presidente do PCdoB/PE

Enfrentando o coronelismo baiano

Renildo de Souza*

Há mais de 30 anos o grupo de Antônio Carlos Magalhães mantém-se à frente do governo baiano. O chamado Carlismo monopoliza as posições no Executivo, Legislativo e Judiciário, ocupa a grande maioria das prefeituras, inclusive a da capital - Salvador - e açambarca os meios de comunicação. Combinando demagogia televisiva, populismo de direita, suposta competência administrativa, intimidação e repressão política, ACM prorroga sua hegemonia na Bahia. O Carlismo surgiu nas condições da ditadura militar, sofreu uma derrota eleitoral em 1986 no ambiente nacional de renovação política e (mantendo-se no Ministério das Comunicações no governo Sarney) retornou ao governo baiano em 1991, no quadro das vitórias conservadoras sob o governo de Collor de Melo. Qual o resultado dessa demorada hegemonia visceralmente reacionária na Bahia? 4 milhões e 300 mil indigentes na liderança do mapa nacional da fome, 22% de desemprego na região metropolitana de Salvador, à frente de todas outras regiões do país; fábricas fechadas, falência das culturas do cacau, algodão, feijão etc.

A atual campanha eleitoral tem como alvo o continuísmo de FHC e o Carlismo como particularidade política do Estado. Lamentavelmente, as oposições não conseguiram unidade. Concorrerão a governador, pelo campo oposicionista, Zezéu Ribeiro, pelo PT; e João Durval, pelo PDT. Abertura do palanque para FHC, senador tucano e coligação proporcional com forte chapa do PSDB foram complicadíssimas condições já aceitas pelo PDT. O PCdoB deverá apoiar a candidatura petista para governador. Entretanto o PT continua resistindo à coligação para deputados estaduais com o PCdoB, aceitando somente a coligação para deputado federal. Os comunistas pretendem apresentar o candidato a senador nessa aliança com o PT. As dificuldades de coligação podem levar o PCdoB a ampliar significativamente a lista dos seus candidatos a deputados estaduais.

A adversidade política particular na Bahia gera preocupações evidentes. Contudo, a evolução política produtiva da campanha de Lula e a disposição de luta dos comunistas infundem ânimo e confiança para a audaciosa tática eleitoral.

*presidente do PCdoB/BA

Amapá avança na campanha eleitoral

Jairo José*

O Amapá é o mais novo Estado brasileiro. Foi criado pela constituição de 1988. Ocupa 3,92% da região Norte do Brasil e 1,65% do território nacional. É um dos menos povoados - 331.470 habitantes, segundo IBGE -, embora o governo estadual estime em 500 mil. 80% estão concentrados na capital e em Santana, município vizinho, onde fica o porto do estado.

O PCdoB do Estado é de organização recente, em torno de 4 anos. O processo de reorganização deu-se a partir da União da Juventude Socialista (UJS).

Com a reorganização, o Partido passou a ter presença política mais ampla no Amapá. Participa do movimento comunitário, onde se destaca como principal força organizada, e tem a liderança de maior proeminência do Estado, que é a presidente do Partido, Aldenora Gonzales, que organizou só no ano passado

11 entidades de mulheres que agregam mais de 1800 integrantes.

Está organizado em 4 municípios e se expandindo para outros. Macapá tem 232 filiados; em Santana, com 72 mil habitantes, temos 245 filiados; Vitória do Jarí e Laranjal do Jarí (região onde está localizada o Projeto Jarí) temos 120 filiados e participamos do governo municipal, com a secretaria de Agricultura. A secretaria de Saúde está entrando no Partido.

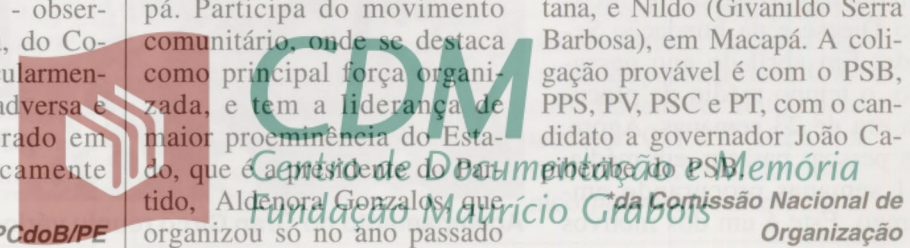
O Partido lança para deputado federal Charles (Raimundo Carlos da Silva Marques), jovem estudante e servidor público, oriundo do movimento da pastoral católica. Para deputado estadual o PCdoB lança dois candidatos competitivos: Darci Carvalho, em Santana, e Nildo (Givanildo Serra Barbosa), em Macapá. A coligação provável é com o PSB, PPS, PV, PSC e PT, com o candidato a governador João Cavalcanti. O PCdoB também lançou para senador o deputado estadual João Cavalcanti. O Partido também lançou para deputado estadual o deputado estadual João Cavalcanti. O Partido também lançou para deputado estadual o deputado estadual João Cavalcanti.

Formada a chapa da oposição em Sergipe

Anunciada a formação da Frente dos Partidos de Oposição formada pelo PSB, PT, PDT e PC do B com a chapa composta por Valadares, governador; Ze Eduardo, vice; Almeida Lima, senador.

O PC do B pleiteia a primeira suplência de senador. No ato de lançamento estiveram presentes, pelo PC do B, Edvaldo Nogueira, Bosco Rolemberg, José Carlos, Tania

Soares, José Sousa, Ana Cortes e Ilka Bichara. A coligação objetiva derrotar o acordão das forças conservadoras e neoliberais e imprimir um novo rumo progressista a vida econômica, política, cultural e social no Estado. Os entendimentos prosseguem para formação da chapa proporcional e a campanha teve início com visitas a Pacatuba, Poço Redondo, Poço Verde, Glória e Carira.



A batalha eleitoral nos Estados

Acre - Jorge Viana (PT) concorre ao governo por uma frente que agrupa ainda PCdoB, PSB, PSDB, PMN e siglas menores. O atual governador, Orleir Cameli (PFL) ainda não decidiu se será candidato à reeleição. O PCdoB lança três candidatos a deputados estaduais: Edvaldo Magalhães, Eduardo Farias e Antônio Apurina. Márcio Batista é o candidato a deputado federal.

Alagoas - Ronaldo Lessa (PSB) é candidato numa aliança com PT, PCdoB, PDT e outros menores e está em primeiro lugar nas pesquisas. O PCdoB lança Eduardo Bonfim para deputado federal e José Roberto estadual.

Amazonas - A candidatura oposicionista de Serafim Corrêa (PSB) soma um amplo leque de forças - PMDB, PSDB, PT, PCdoB - contra o continuísmo de Amazonino Mendes (PPB/PFL), com o apoio do PDT. O PCdoB lança Vanessa Graziotin deputada federal. Eron Bezerra e Pedro Ticuna são os candidatos a estaduais.

Brasília - São candidatos a governador Joaquim Roriz (PMDB) e o líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB), ambos palanques para FHC. PT, PDT, PCdoB e outros menores apóiam a reeleição de Cristovam Buarque (PT). O PCdoB pretende reeleger Agnelo Queiroz deputado federal e lança Messias de Souza e Olgamir Paiva candidatos a deputados distritais, além de um sindicalista da área da saúde.

Ceará - Tasso Jereissati (PSDB) é candidato à reeleição. PT, PCdoB, PSB, PV e provavelmente o PDT, apresentam José Cirillo (PT) para governador e Lula (PCdoB) para vice. O PMDB ainda não definiu que rumo tomará podendo aderir à candidatura de Jereissati. O PCdoB busca reeleger Inácio Arruda e eleger Jânia Viana deputados federais e o vereador Chico Lopes e mais quatro candidatos a estaduais: Tinoco Luna, Maria Assunção, Carlos Eduardo e Iracione Nunes.

Espírito Santo - Disputa majoritária ainda bastante indefinida. O PCdoB lançou Namy Chequer, Zilmar Teixeira e Almir Forte candidatos a deputados estaduais e Wagner Papi para federal.

Goiás - Iris Resende (PMDB) é candidato a governador. O PFL apresenta Ronaldo Caiado. A oposição une PT e PCdoB e possivelmente o PDT. Osmar Magalhães (PT) é o candidato a governador e Fábio Torkarsky (PCdoB) para vice. O PCdoB pretende reeleger Aldo Arantes federal e Denise Carvalho estadual, lançando ainda mais



quatro candidatos a estaduais.

Maranhão - Roseana Sarney (PFL) é candidata à reeleição numa disputa que deve reeditar a polarização de 1994 com o atual senador Epitácio Cafeteira (PPB). O PDT, partido ao qual pertence o atual prefeito de São Luís, Jackson Lago, apóia Cafeteira. Uma ala do PT propugna pela candidatura própria de Domingos Dutra. O PCdoB lança Marcos Kowarick e mais dois candidatos a deputados estaduais e três a deputados federais (Júlio Guterres, Eurico Fernandes e Pedro Oliveira).

Mato Grosso - Dante de Oliveira (PSDB) é candidato à reeleição. O ex-governador Júlio Campos (PFL) também é candidato. Recentemente fechou acordo com o senador Carlos Bezerra (PMDB) para apoiá-lo. PT e PCdoB articulam o Bloco Alternativo, com Enelinda (PT) candidata, com PV, PMN, PTdoB. O PDT ainda não se definiu, e pode lançar candidato próprio. O PCdoB lança Chaparral (Zózimo Welington) a deputado estadual e três candidatos a deputados federais.

Mato Grosso do Sul - O governador Wilson Martins (PMDB) apóia o seu ex-secretário de Finanças, Ricardo Bacha (PSDB) para governador. Pedro Pedrossian (PTB) também. O PT lança Zeca. A frente compõe-se pelo PDT na vice, o PPS no Senado e o PCdoB. O PCdoB lançou Lairson a deputado federal. Para deputado estadual está em discussão o nome do estudante Daniel, de Dourados.

Minas Gerais - Eduardo Azeredo (PSDB) é candidato à reeleição, com o apoio do ex-governador Hélio Garcia. Nessa candidatura devem alinhar-se também PTB, PPS e PFL. O PMDB pode lançar a candidatura de Itamar Franco, o que modificaria todo o quadro da disputa. Patrus Ananias (PT), ex-prefeito de BH, é candidato, com o possível apoio do PSB, PCdoB, PDT e outras siglas menores. Na eleição proporcional o PCdoB enfrenta a intransigência do PT local, que subordina a coligação à condição de que o PCdoB lance apenas 1 candi-

dato a deputado estadual. Como esta imposição é inaceitável, o Partido procura se articular com o PDT, PSB e outros menores. O Partido busca reeleger Sérgio Miranda deputado federal, e lança dez candidatos a deputados estaduais, entre os quais Jô Morais e Liza Prado.

Pará - Almir Gabriel (PSDB) é candidato à reeleição. O senador Ademir Andrade (PSB) sai pela frente PSB, PT, PCdoB. A indefinição fica por conta do senador Jader Barbalho (PMDB). O PCdoB pretende a reeleição de Socorro Gomes, federal e a eleição de Sandra Batista, vereadora de Belém, deputada estadual. O Partido deve lançar ainda mais Paulinho Fonteles a estadual no interior.

Paraíba - O PMDB encontra-se dividido pela disputa entre o governador José Maranhão, que pretende a reeleição e Ronaldo Cunha Lima que quer ser o candidato do partido ao governo do Estado. PSB, PT, PCdoB, PDT e PV unificaram-se em torno da candidatura do deputado federal Gilvan Freire (PSB) a governador. O Partido lança Simão Almeida para federal e Renô Macaúbas para estadual.

Paraná - O governador Jaime Lerner (PFL) é candidato à reeleição com o apoio formal do PPB e do PTB e sete outros pequenos partidos, inclusive o PSB e PPS. Álvaro Dias (PSDB) ainda mantém sua candidatura a governador. O PCdoB participa de uma frente com PT, PDT, PCB e PMDB e poderá ter como candidato ao governo o senador Requião (PMDB). O PCdoB pretende reeleger Ricardo Gomyde federal. Para isso, o Partido atua no sentido de formar coligação proporcional específica com o PT, bem como montar "dobradas" fora do Partido, especialmente em Curitiba e Londrina. Como candidatos a deputado estadual o Partido já definiu os nomes de Ortencia Matias da Rocha, vereadora de Ponta Grossa e Marley Ferreira, ex-prefeito de Ibaiti e discute o nome de Chico Brasileiro.

Piauí - Mão Santa (PMDB) é candidato à reeleição pelo PMDB, PDT, PSB e PCdoB. Hugo Napoleão é o candidato do PFL. O PT deve concorrer sozinho. O objetivo do Partido é eleger um deputado estadual que pode ser Osmar Jr. ou o vereador José Anselmo Oliveira Dias, se se confirmar a participação de Osmar na chapa majoritária como candidato a vice-governador.

Rio de Janeiro - César Maia (PFL) é o candidato da direita. A oposição se unificou em torno de Garotinho (PDT) governador e Benedita da Silva (PT) vice. O PCdoB pretende reeleger Jandira Feghali e lança a candidatura de Fernando Gusmão a federais. Para estadual busca reeleger Edmilson Valentim e lança mais quatro candidatos.

Rio Grande do Norte - Garibaldi Alves (PMDB) é candidato à reeleição, apoiado pelo PPB. O PFL e PSB concorrerão com o atual senador José Agripino Maia. A esquerda - PT, PCdoB e PDT - apresentou a candidatura de Manoel Duarte (Manú/PT) ao governo. O PCdoB reivindica que o vereador Juliano Siqueira seja o candidato a senador da Frente Popular. O PT, por sua vez, indicou Hugo Manso como candidato ao Senado, tendo se criado nessa questão um certo impasse. O PCdoB pretende eleger George Câmara, presidente do Sindicato dos Petroleiros, deputado estadual. Para deputados federais o Partido lança Eveline Guerra e Francisco Canindé.

Rio Grande do Sul - Antônio Brito (PMDB) pode ser derrotada pela frente PT, PSB e PCdoB, cujos candidatos são Olívio Dutra a governador, Miguel Rosseto a vice e Bisol ao Senado. Mantém-se a candidatura de Emília Fernandes pelo PDT. O PCdoB pretende eleger Edson Silva, deputado federal e lança cinco candidatos a deputados estaduais, buscando reeleger Jussara Comy e conquistar pelo menos mais um mandato.

Rondônia - Valdir Raupp (PMDB) candidata-se à reeleição com apoio do PDT. Há possibilidade de saírem quatro outras candidaturas ao governo: senador José Bianco (PFL) com apoio do PSB; o ex-prefeito de Porto Velho, José Guedes (PSDB); e o senador Ernandes Amorim (PPB). A esquerda está unida na Frente da Cidadania com o PT indicando os candidatos ao governo, José Neumar, e ao Senado, Fátima Cleide, tendo o PV na vice e o PCdoB na primeira suplência do senado com José Simeão. O PPS também apóia a frente. O Partido deve lançar dois candidatos a deputado federal, Gilmar e Roseli. Para deputado estadual lança Valduíno Martins e o estudante Olavo.

Roraima - Neudo Campos (PPB) é candidato a reeleição. Pela oposição Tereza Jucá (PSDB) é candidata da frente composta pelo PSB, PCdoB, PPS, PFL e PRTB. O PCdoB lança as candidaturas de Francilene Rodrigues, para federal, e Namis Levino, para estadual.

Santa Catarina - Paulo Afonso (PMDB) é candidato à reeleição, fato que gerou profunda insatisfação no PMDB. PPB e PFL concorrem com o senador Esperidião Amin ao governo e Jorge Bornhausen ao Senado. PT, PDT, PCdoB, PPS, PSB e outros menores concorrem com Milton de Oliveira (PT) para governador, Baratieri (PDT) a vice, e Sérgio Grando (PPS) ao Senado. O PCdoB lança Lia Klein para deputada federal e Luiz Henrique Costa, Clair Castilhos, Douglas Matos, Paulinho e Sarmiento Blumenau.

São Paulo - Mário Covas (PSDB) é candidato à reeleição com o apoio do PTB, PSD, PPS e PV. A direita apresenta Maluf (PPB), com o apoio do PFL. Tanto Covas como Maluf são palanques de FHC. O PMDB lança o ex-governador Orestes Quércia com uma campanha de oposição aos governos de FHC e ao de Covas. O PDT apresenta Francisco Rossi. PT e PCdoB lançam a candidatura de Marta Suplicy. O PSB lançou a candidatura de Pedro Dallari ao governo. O PCdoB busca reeleger Aldo Rebelo federal, para deputados estaduais, além de reeleger Jamil Murad e Nivaldo Santana, ampliar sua representação na Assembléia Legislativa com pelo menos mais um deputado. Já são 10 os candidatos a deputados estaduais do Partido definidos.

Tocantins - A oposição lança Moisés Avelino (PMDB) e Memória (PPB) com apoio do PCdoB, PPS e PSDB. O PCdoB lança candidato a deputado estadual, Marizon.

Estudar, estudar, estudar

Movimento de formação militante dos comunistas

O 9º Congresso do Partido destacou, com justeza, a necessidade de elevar o trabalho teórico e a educação ideológica dos comunistas como meio de fortalecer o Partido. Nos debates em todo o país registrou-se, com força a partir da base, a exigência de um trabalho de formação mais desenvolvido para reforçar a militância na causa socialista. Foram essa razão e esse reclamo que alimentaram a decisão do Comitê Central de criar a Secretaria e Comissão Nacional de Formação, sinalizando a vontade política indispensável para multiplicar o trabalho de formação no interior do Partido nos próximos anos.

Acúmulo de experiências

Não se partiu do zero. Ao contrário, nosso Partido sempre procurou se caracterizar pela defesa militante do marxismo-leninismo, esforçando-se por fornecer a seus efetivos os conhecimentos básicos indispensáveis da ciência social avançada, bem como acerca de sua linha política e ideológica. Já no 7º Congresso, em 1988, apresentou-se um informe acerca da educação dos comunistas. Desde a conquista da legalidade, foram muitos os êxitos do trabalho de formação, principalmente da Escola do Partido até 1992.

Entretanto, no 8º Congres-



so, nesse mesmo ano, tivemos que realizar um grande esforço teórico e crítico frente à crise do socialismo. Tratou-se de, a um só tempo, defender os fundamentos do marxismo e a sua própria atualização, para superar o estancamento teórico que se verificou no interior do movimento comunista, acompanhado de um conjunto de manifestações subjetivistas, empiristas ou dogmáticas com respeito à teoria. Por um lado, o Partido deu passos teóricos importantíssimos em reformular o programa socialista para o Brasil em 1995, tirando conseqüências para seu pensamento estratégico nas condições da hegemonia neoliberal como o fez no 9º Congresso. Por outro, constatava-se o relativo descompasso da teoria com respeito à realidade contemporânea, apontando para um

largo trabalho de pesquisa e elaboração científica apoiada no materialismo dialético e histórico.

Naturalmente, o trabalho de formação se ressentia dessa situação. Transitamos em terreno novo, isto é, o da formação de quadros para um partido revolucionário em contexto onde a teoria está em relativa estagnação, de um lado, e em fase de desenvolvimento com vistas a superar a defasagem estabelecida, por outro. Nesse contexto, os conteúdos, formas e meios de desenvolver a formação dos comunistas não poderiam deixar de ser alvo de exame crítico dos comunistas.

Reformulação de perspectivas

Daí nasce o propósito atual: o de fundar as bases para um amplo e renovado movi-

mento pela formação no interior do Partido, reexaminando seu caráter, formas, conteúdos e alvos centrais. Em uma palavra, incorporando a essência positiva do trabalho realizado na última década, e adequando-o ao nosso atual estágio de consciência acerca dos desafios da luta pelo socialismo e ao fortalecimento da construção do Partido.

Buscamos, em essência, construir um movimento por uma mais elevada cultura marxista nas fileiras partidárias, e de mais amplo domínio da realidade brasileira - sua formação histórica, econômica, política, social e cultural. São exigências próprias para a realização de uma perspectiva programática socialista para o Brasil.

Para isso, visualizamos um esforço multifacético, sistêmico e permanente. O trabalho de formação não pode se resumir a um único - ainda que importante - objetivo de ministrar cursos. Múltiplas formas concorrem para elevar a consciência teórica e ideológica dos comunistas, e elas precisam ser tratadas em sintonia e com permanência. A ênfase central deverá recair no estudo individual, combinado com o apoio de cursos e de formas mais abertas como seminários, mesas-redondas etc. Enfim, meios que sejam adequados não só a formar as novas gerações militantes, mas também a instigar a investigação teórica dos problemas da luta pelo socialismo no Brasil e no mundo contemporâneos, compartilhando-a com a intelectualidade avançada.

Ao lado da defesa dos fundamentos do marxismo e de sua aplicação concreta às condições do Brasil imerso na realidade mundial neste alvore-

cer de um novo século, mantemos a perspectiva de um trabalho de educação classista e partidista da militância, indispensável ao fortalecimento do partido como instrumento fundamental da transformação social.

O direcionamento do esforço terá por alvo a militância partidária em geral, os dirigentes intermediários em particular. Isso porque crescem os novos efetivos que o Partido vai incorporando à ação política organizada, que precisam adquirir os fundamentos teóricos indispensáveis à luta. Porém, ao lado de alimentar a formação pela base, formas diferenciadas deverão ser utilizadas para possibilitar oportunidades de formação mais elevada aos dirigentes partidários, torná-los mais capacitados para a elaboração da linha partidária e travar a luta de idéias na sociedade.

Secretaria e Comissão de Formação

Evidentemente, é um esforço que só pode ser realizado se estabelecer uma sinergia entre o trabalho de formação do CC e o dos comitês estaduais e municipais. Da mesma forma, será preciso conceber uma nova relação entre o trabalho de formação, de propaganda e do Instituto Maurício Grabois, cada um dos quais precisa ser dotado de secretarias e/ou comissões com especificidades próprias, mas que devem interagir em torno de um mesmo conteúdo na luta de idéias a ser desenvolvida pelo Partido.

A indicação de uma Secretaria e Comissão Nacional de Formação é passo importante nesse sentido. Com ela queremos estabelecer um trabalho cotidiano, como pólo irradiador e normatizador de ações voltadas para a formação. Se formos conseqüentes com o espírito apurado a partir das bases no 9º Congresso, e com as atuais exigências da luta pelo socialismo, podemos dizer que até o próximo Congresso a militância do PCdoB e seus dirigentes deverão estar muito mais preparados, teórica e politicamente, para sustentar a luta transformadora reclamada pelo Brasil.

Comissão Nacional de Formação

Os projetos em debate

A Comissão Nacional de Formação propõe a todo o Partido o debate e mobilização acerca do trabalho de formação. Sua proposta de trabalho está contida nos documentos **Sobre o trabalho de formação**, que se desdobra em outro documento, **Projetos de trabalho**, que está sendo enviado a todos os comitês estaduais. Tendo em vista que estamos em um ano eleitoral de grandes desafios para o Partido, essa proposta compreende encarar o período até outubro como de intenso e meticuloso planejamento dos rumos do trabalho, preparando as bases para que a partir de outubro possam ir se desenvolvendo os projetos.

Abaixo, damos uma descrição sumária de cada um dos projetos. Para maiores esclarecimentos, consultar os documentos referidos ou entrar em contato com a Comissão Nacional de Formação. Contribua para esse debate, através da sua base ou de seu comitê!

1 - Projeto formação militante:

Criar um movimento no interior do Partido no sentido de uma maior cultura marxista e estímulo à auto-formação dos militantes e quadros, através de A Classe Operária:

- seção teórica regular na imprensa partidária;
- orientação ao estudo militante de textos marxistas;
- um registro de agenda das realizações na frente de formação, visando irradiá-las.

2 - Desenvolver a formação continuada de quadros auxiliares para o trabalho de formação nos Estados; trata-se de cursos/seminários/palestras/estudo programado para quadros selecionados;

3 - Elaborar um curso básico de iniciação militante, em vídeo, acompanhado de uma cartilha e pela formação continuada de monitores para seu desenvolvimento;

4 - Elevar a formação dos quadros dirigentes comunistas, visando fornecer-lhes um maior domínio do

marxismo-leninismo, promovendo:

- um Programa de estudos marxistas, inscrevendo quadros para o estudo orientado dos quadros, assistidos pela Comissão Nacional de Formação;
- Curso de formação, teórico e político, para quadros dirigentes do Partido;

5 - Apoio e co-participação da Secretaria de Formação do CC às atividades dos estados e das demais secretarias, fixando os alvos centrais do esforço e normatizando-o nacionalmente;

6 - Apoio e utilização da programação do Instituto Maurício Grabois bem como do Centro de Estudos Sindicais, visando o trabalho de formação teórica dos militantes e quadros através de:

- Seminários temáticos;
- lançamento regular da revista **Princípios** com debate sobre seus temas;
- eventos comemorativos e efemérides do ano;
- palestras, painéis de debate e mesas redondas sobre temas de nosso programa de investigação teórica.

Comissão Nacional de Formação

O Comitê Central eleger o secretário e os membros da Comissão: Walter Sorrentino, Madalena Guasco, Nercide Saviani, Augusto de Almeida, Bernardo Joffily

A Comissão tem plantões diários na sede nacional, secretariada por Ana Paula. Contatos podem ser feitos pelo telefone 011 232 1622, fax 011 232 3245 e e-mail: comissao@pcdoebcc@uol.com.br

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois



Sob o lema 'Um Novo Sol para um Novo Século' o Partido da Revolução Democrática do México (PRD) realizou, em clima de grande entusiasmo, seu 4º Congresso Nacional, de 18 a 22 de março, em Oaxtepec, Morelos. O dep. Aldo Arantes (PCdoB/GO) esteve presente

México quer avançar para a democracia

Aldo Arantes*

Uma grande lona amarela cobria o local das plenárias, dando uma idéia da grandeza àquele evento que reuniu 1.600 delegados de todo o país. Participaram também mais de 30 delegações estrangeiras, particularmente dos países latino-americanos. A delegação brasileira contava com representantes do PCdoB, PT, PDT e PPS.

Da pauta do Congresso constava a discussão dos princípios, do programa, da estratégia e da estrutura partidária. Os debates centraram-se na discussão de um programa e o estabelecimento de uma estratégia para as eleições presidenciais do ano 2000.

Nas últimas eleições, a bancada federal do partido aumentou de 70 para 126 deputados federais e de 7 para 16 senadores. O PRD governa mais de 20 milhões de mexicanos, dirigindo o Distrito Federal, através do engenheiro Cuauhtémoc Cárdenas. Obrador ressaltou que o Partido da Revolução Democrática "surgiu do impulso das lutas sociais, agrárias, operárias e estudantis deste século; surgiu a partir da base, lutando sempre contra a corrupção, os privilégios e o autoritarismo".

Modelo vulnerável

Além de se definir como de esquerda, a plenária aprovou uma resolução sobre estratégia que afirma: "o modelo econômico neoliberal é altamente vulnerável e instável. Prioriza o pagamento do serviço da dívida, os interesses dos grandes grupos financeiros e de um reduzido número de consórcios empresariais e depende do fluxo de capital internacional, geralmente especulativo".

Mais adiante diz: "a abertura comercial acelerada e o encarecimento do crédito quebrou um grande número de industriais nacionais e produtores do campo, com grave

efeito sobre a estrutura produtiva e as fontes de trabalho. O investimento produtivo necessita de incentivos diante dos altos rendimentos especulativos e de um mercado interno contraído".

Existência em perigo

Abordando a soberania nacional, a resolução do Congresso afirma que "o projeto do grupo governante pôs em perigo nossa existência como nação independente e soberana. A crescente subordinação do México aos Estados Unidos e o seu projeto de integração continental se expressa na perda da capacidade de tomar decisões independentes".

A resolução afirma ainda que "o quadro se completa com a cessão da soberania com a entrega aberta ou velada de recursos e atividades estratégicas, como petróleo e outros recursos naturais, a petroquímica, a produção de energia elétrica, as telecomunicações e o sistema financeiro; e o abandono dos princípios históricos e da política externa mexicana".

No terreno social, o documento informa que o governo mexicano tem colocado em prática uma política de redução "da proteção e dos direitos sociais".

Mera semelhança?

É impressionante a semelhança entre o que ocorre no México e o que está ocorrendo no Brasil. É a comprovação daquilo que o PCdoB vem afirmando, de que a política de Fernando Henrique Cardo-

so é a expressão nacional do neoliberalismo praticado em outros países do mundo.

O Partido da Revolução Mexicana coloca como objetivo central a "transição pacífica para um sistema democrático", afirmando em seu documento programático que "a Revolução Democrática deve liquidar problemas hoje enfrentados pela sociedade mexicana: deve contribuir para a edificação de um poder político que governe para todos e que tenha nos mexicanos e mexicanas sua única fonte legitimadora. Um poder que não sirva exclusivamente aos interesses econômicos dos grandes proprietários mas que se ocupe, essencialmente, de distribuir a riqueza de acordo com o esforço e as necessidades coletivas".

Luta democrática

A luta democrática está no centro da luta política mexicana nos dias atuais.

O México vem sendo dirigido há mais de 67 anos pelo Partido da Revolução Independente (PRI), que se transformou em partido único da burguesia. Usando o prestígio da revolução mexicana, foi aos poucos perdendo todo conteúdo revolucionário e se tornando o partido da ordem da burguesia mexicana, manipulando e cooptando o movimento social.

Aos poucos, no entanto, foi crescendo uma oposição democrática que hoje tem condições concretas de conquistar o governo, com a eleição de Cuauhtémoc Cárdenas

para presidente do México no ano 2000. O terceiro partido que compõe o quadro político mexicano é o Partido de Ação Nacional (PAN), de extrema direita. Existem mais dois partidos de pequena expressão.

Crescimento econômico

O Congresso aprovou uma estratégia econômica alternativa com a seguinte formulação: "Necessitamos de uma nova estratégia econômica que garanta o crescimento soberano, sustentável e não excludente para alcançar a justiça social e condições de vida digna. Isto significa transitar de uma economia dominada pelos poderosos interesses financeiros para uma economia produtiva; estabelecer um novo equilíbrio entre o setor exportador e o mercado interno; definir novas relações econômicas entre o campo e a cidade e redimensionar o papel do Estado e do mercado na atividade econômica.

Temas polêmicos

No terreno organizativo o Congresso discutiu uma série de questões, entre as quais a política a ser adotada com os candidatos externos, aqueles que não são filiados ao PRD e se candidatam por esta legenda.

A participação das mulheres e dos jovens nas diversas instâncias partidárias foi tema polêmico. As mulheres, que têm 30% de participação nas instâncias partidárias, pretendiam aumentar para 50%. Os jovens pretendiam ter mais

de um representante nos órgãos dirigentes, representação esta assegurada atualmente. Ambas as propostas foram derrotadas. Também os indígenas têm 10% de representação nos órgãos dirigentes.

Legislação eleitoral

Durante o Congresso vieram a público algumas regras da legislação eleitoral mexicana, entre elas o financiamento público de campanha. Lá, convivem financiamento público e privado. No entanto, a lei determina que o financiamento público deverá ser maior que o privado. Por outro lado, a legislação eleitoral mexicana estabelece que o mandato parlamentar é de três anos, sendo vedada a reeleição.

Um problema que esteve presente nos debates no Congresso foi a questão de Chiapas. O Partido da Revolução Democrática manifesta o apoio aos direitos dos povos indígenas a sua livre determinação e autonomia e defende uma solução pacífica para o conflito armado de Chiapas. O PRD, no entanto, manifesta sua discordância com os métodos adotados pelo movimento.

Os contatos realizados com outras delegações durante a realização do evento, mostra que, aos poucos, vai se forjando um quadro novo de luta do povo para a construção de uma alternativa à política neoliberal.

*Deputado federal e membro do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



O capitalismo arruinou a Albânia

Intervenção de Nexhmije Hoxha, viúva de Enver Hoxha, em um seminário de partidos e organizações comunistas, realizado em Bruxelas. Intertítulos da redação da C.O.

Nexhmije Hoxha

Depois de ter conhecido vários anos de isolamento na prisão e de, em seguida, ter sido impedida de participar da vida política e pública, tenho o grande prazer de participar desta reunião com os amigos sinceros da Albânia e os camaradas de nosso ideal único, o socialismo marxista-leninista. Aproveito a ocasião para saudar todos vocês e agradecer-lhes, a vocês a seus partidos, assim como aos grupos que representam, pelo apoio que deram ao meu país e a todos nós, comunistas albaneses, nos momentos mais difíceis que conhecemos e ainda vivemos.

Permitam-me saudar e agradecer especialmente aos camaradas do Partido do Trabalho da Bélgica e ao camarada Ludo Martens pela honra do convite às manifestações do 150º aniversário do Manifesto do Partido Comunista, assim como a este seminário. O tema deste seminário é muito interessante e será o camarada Hysni Milloshi, representante do Partido Comunista da Albânia, recentemente legalizado, quem falará a respeito.

Não há mais classe operária na Albânia

Gostaria de sublinhar que ficaria muito feliz se pudesse falar da luta da classe operária, dos seus êxitos ao longo dos últimos anos e das perspectivas que se oferecem a ela às vésperas do século XXI. Infelizmente, não há no momento classe operária na Albânia, e isso é lamentável. Há muitos desempregados, proletários prontos para vender sua força de trabalho, mas não existem mais trabalhadores, e certamente eles já não estão no poder.

As forças obscurantistas derrubaram o sistema socialista na Albânia com uma ferocidade bárbara e, ao contrário do que ocorreu em outros países ex-socialistas, essas forças arruinaram completamente a nossa indústria, assim como todas as riquezas que o povo albanês havia criado à custa de todos os sacrifícios realizados durante os 50 anos do poder popular sob a direção do Partido do Trabalho da Albânia e de Enver Hoxha.

Como os albaneses chegaram a esse ponto?

Exceto algumas centrais hidrelétricas, nenhuma usina fi-



Enver e Nexhmije Hoxha em dezembro de 1974

cou de pé. As máquinas e ferramentas foram destruídas ou revendidas ao exterior, como ferro velho para ser refundido. Chegou-se mesmo a arrancar os trilhos das estradas de ferro para vender à Iugoslávia, através de Montenegro.

Como os albaneses chegaram a esse ponto? É difícil de conceber. Foram eles que construíram o país com grande entusiasmo. Durante 45 anos, eles trabalharam e viveram tranqüilamente, honestamente e unidos. Uma pessoa se suicida quando está desesperada. Esta autodestruição do povo albanês parece ser o símbolo de um imenso desespero. Ele se sentiu abandonado numa encruzilhada. Mas o povo albanês sempre foi forte, corajoso, orgulhoso e honesto. É um povo possuidor de virtudes e de uma cultura milenares, e não podia mudar seu caráter em 5 anos. Mas o que ocorreu na Albânia demonstra o caráter inumano do capitalismo e do imperialismo.

Cooperativas agrícolas foram liquidadas

A Albânia é o único país da Europa onde 60% da população é rural. A coletivização das terras (com raras exceções) se estendeu por todo o território. A vida da população era modesta, sobretudo nas aldeias montanhosas (dois terços do território albanês é constituído por regiões montanhosas), mas sua existência havia mudado completamente se se compara com a época do rei Zogu. Cada povoado possuía sua escola, seu centro médico e sua maternidade. O telefone, as ruas pavimentadas e a eletricidade deram aos camponeses a possibilidade de modificar profundamente sua existência.

As cooperativas agrícolas foram liquidadas, todas as plantações de cítricos e os oli-

vais foram transformadas em terrenos incultos. Os camponeses possuem a terra, mas como pequenos capitalistas, numa sociedade capitalista primitiva dando os seus primeiros passos, eles não podem cultivar suas terras devido à falta de meios mecânicos e de adubos químicos. Todo o sistema de bonificação que havia sido montado foi destruído. Ressurgiram os pântanos e a malária reapareceu, enquanto que em nossa época não era possível encontrar sequer um caso para dar aulas práticas aos estudantes de medicina. As outras enfermidades endêmicas, como a tuberculose, também se manifestaram. Os centros de saúde no interior não existem mais e as escolas não puderam escapar à destruição geral. O poder popular, conforme o Programa do Partido do Trabalho, havia construído centros de saúde e escolas por toda a Albânia, mesmo nas regiões montanhosas mais afastadas, e centenas de professores e médicos trabalharam com paixão a fim de desenvolver essas regiões.

Conquistas do socialismo albanês

Quando o Partido Comunista tomou o poder, de 85% a 90% da população albanesa eram analfabetos, não havia mais do que 360 profissionais diplomados em universidades estrangeiras. Em muito pouco tempo o analfabetismo foi eliminado e duas ou três décadas mais tarde toda a juventude das cidades ou do interior terminava ao menos o ciclo de ensino obrigatório (de 8 anos). No começo dos anos 90, o plano previa que 70% dos alunos deveriam obrigatoriamente seguir estudos secundários, seja no ensino geral, seja no ensino técnico ou profissional. Há uma particu-

laridade no terreno do ensino na Albânia. Historicamente, durante os 5 séculos do jugo otomano, não foi possível extinguir o idioma albanês. Os albaneses lutaram para conservar seu idioma, que foi o símbolo da unidade nacional, que se manteve sempre o mesmo. Contudo, o fanatismo muçulmano deixou suas marcas. Quando a Albânia foi libertada em 1944, em certas regiões, e sobretudo nas cidades, as mulheres usavam o véu, como na Argélia, que em nosso país era um véu negro. No campo, as mulheres não usavam o véu, mas eram completamente oprimidas pelos homens. O Partido Comunista fez de tudo em favor das mulheres. Seus militantes trabalharam com zelo e ardor para levar as mulheres às escolas e estas não tardaram a ser mistas. Foi um grande passo rumo à emancipação não apenas da mulher, mas também de toda a sociedade albanesa.

Durante os 45 anos do poder popular, nas escolas de nosso país e nas universidades estrangeiras foram formados mais de 300 mil especialistas, homens e mulheres, em todos os domínios científicos, sociais e culturais.

Em sete anos do regime dito democrático, o analfabetismo reapareceu, as crianças não vão mais à escola, mas são obrigadas a se ocupar na pecuária ou na agricultura. Mesmo na capital, Tirana, vemos mulheres usando véus sob a imposição dos missionários da religião muçulmana, que querem fazer-nos retornar ao passado, aos tempos do obscurantismo. As liberdades democráticas desapareceram. Por outro lado, proliferaram como cogumelos venenosos as igrejas e mesquitas, assim como diversas seitas religiosas que jamais foram vistas na Albânia.

A religião sempre quis dividir nosso povo, mas os grandes vultos do Renascimento nos deixaram uma máxima: "A religião dos albaneses é a Albânia". Fiéis a essa máxima histórica, o Partido do Trabalho e Enver Hoxha decidiram tornar a Albânia um estado laico.

Êxodo massivo da juventude

Atualmente, na Albânia, os jovens não vêem nenhuma perspectiva de estudo e trabalho. A Albânia é um país onde a idade média da população é de 26 anos, diferentemente de outros países da Europa, onde a população envelheceu. Esta é a causa dos êxodos massivos de nossa juventude, que toma de assalto os navios que aportam em nossa costa, a fim

de fugir para a Itália ou que vão arriscar suas vidas para atravessar a fronteira com a Grécia. Todos esses jovens tomaram o caminho da Europa ou da América onde passam a trabalhar como escravos.

A fim de esconder essa impiedosa realidade, o clã de Sali Berisha, com a ajuda de seus patronos, criou fundações rentistas em forma de pirâmide que engoliram todos os pertences do povo albanês. As pessoas venderam suas casas e suas terras a fim de investir seu dinheiro nos esquemas das pirâmides que lhes foram apresentados como o milagre do capitalismo albanês. E o cúmulo da desgraça é que o próprio dinheiro da emigração, ganho pelos albaneses à custa de grandes sacrifícios, foi engolido pelo esquema das pirâmides.

Com esse dinheiro Berisha comprou votos, corrompeu juízes e procuradores, pagou a mercenários encarregados de defendê-lo, libertou criminosos da prisão, utilizando-os para defender seus interesses contra a oposição dos socialistas e dos comunistas quando estes organizaram manifestações contra ele. Esse dinheiro serviu para encher de explosivos os prédios públicos e privados, a fim de aterrorizar o povo.

Revolta popular contra governo corrupto

Sali Berisha foi tão longe com seu anticomunismo e seus métodos ditatoriais que o povo se revoltou. A revolta eclodiu em Vlora, nossa capital de 1912 onde foi proclamada a independência, e em todas as cidades do Sul da Albânia antes de se propagar para o Norte do país.

A população revoltada empunhou armas e conseguiu obrigar o clã de Sali Berisha, denominado "o clã dos bandidos", a abandonar o poder. Mais uma vez, as grandes potências, muito inquietas com a revolta popular e com o fato de o povo estar empunhando armas, intervieram por meio de suas instituições euroatlânticas, da OSCE, e com a ajuda de todos os partidos políticos, de esquerda e de direita, de seus líderes social-democratas ou reacionários, formaram em caráter de urgência um governo de "aprensão", convocaram a ajuda das forças militares internacionais da ONU, sob o pretexto de manter a paz na Albânia. O presidente Berisha, que essas mesmas forças tinham instalado no poder, e que não passa de um ditador criminoso, foi salvo e o povo em revolta foi traído.

Mas nosso povo, conscien-



Indonésia

Protestos levam à renúncia de Suharto

“Quero agradecer o apoio de todos e pedir desculpas pelos meus erros”. Com estas palavras, e mais de 500 mil opositoristas assassinados em 32 anos de poder, o general Suharto deixou a Presidência da Indonésia no dia 20 de maio. Foi substituído pelo seu vice, Bachaddin Jusuf Habibie. A família Suharto continua no comando da economia do país: seus negócios totalizam quase 40 bilhões de dólares.

A troca de chefes de governo pouco mudou nos ministérios. O general Wiranto, ministro da Defesa, continua no cargo e advertiu que não vai tolerar “baderna”. Os estudantes, que foram a ponta de lança das manifestações opositoristas, denunciaram que “Habibie é o fantoche de Suharto”. Na repressão às manifestações populares, as tropas oficiais mataram mais de 500 filipinos nas duas primeiras semanas de maio.

A crise política no país veio na esteira das quedas das bolsas de valores asiáticas, iniciadas no ano passado. Houve

desvalorização em 80% da moeda, recessão, quase 9 milhões de trabalhadores demitidos (o desemprego já atinge 10% da população), 18 milhões de pessoas abaixo da linha da pobreza – o país tem 210 milhões de habitantes, dos quais 16,2% analfabetos. Com o novo governo, cresce a luta pela anistia política, inclusive de líderes do Timor-Leste, antiga colônia portuguesa anexada pela Indonésia em 1976, encarcerados devido à luta pela independência do país.



Suharto e o vice, Habibie

O massacre dos 500 mil

Em 1965, a Indonésia era governada por Sukarno, um líder populista que apoiava-se no Partido Comunista e tentava desenvolver um programa nacionalista. Nesse ano, os militares, liderados pelo general Suharto, deram um golpe de Estado e desencadearam uma selvagem caça não só aos comunistas, mas também aos

“colaboradores”, “simpatizantes”, “indecisos” e “indiferentes” da Indonésia. Isto é, a todos os democratas, socialistas, comunistas e políticos populares que não seguissem a cartilha da extrema direita. Chegaram a linchar adversários pelas ruas de Jacarta e, no final, mais de 500 mil “comunistas” foram massacrados.

Comunistas indianos condenam corrida nuclear

No início de maio, o governo do Partido Bharativa Janata (PBJ), da Índia, realizou 5 testes nucleares. O Partido Comunista da Índia (Marxista) divulgou declaração afirmando que “as implicações da nova política pela paz no Sudeste Asiático e uma corrida nuclear em potencial nesta região são motivos de preocupação a todos os amantes da paz e cidadãos patriotas. Os EUA e as nações Ocidentais, que possuem armas nucleares, bem como aquelas que têm sustentado uma ordem nuclear desigual, não têm direito de impor sanções à Índia. O governo Vajpayee indicou também que está preparado para considerar a assinatura do Tratado Abrangente de Interdição de Testes (CBTB). Neste caso, novamente a posição aceita nacionalmente é pela não-assinatura de tratados discriminatórios que ofendam a soberania da Índia.”

O jornal People's Democracy, órgão central do partido, considerou, em editorial, na sua edição de 17 de maio, que “o governo liderado pelo PBJ finalmente tomou a dianteira na implementação de sua agenda para o exercício da opção pela questão nuclear e sinaliza para a estimulação de armas nucleares. Esta grande mudança na política nuclear do país está sendo adotada por um governo que tem uma estreita e precária maioria.

Desde o primeiro teste nuclear em 1974, a Índia tem assumido a posição de que construirá sua capacidade independente, mas manterá uma abertura de opiniões. Este posicionamento foi tomado com a mais absoluta confiança por parte do povo, já preparado pelos cientistas indianos, de que haveria chance de escolha no momento em que a Índia percebesse uma ameaça nuclear. Mantendo uma abertura para a opção, a Índia chamou atenção do mundo para seu compromisso irresoluto para com o processo mundial de desarmamento nuclear.”

O jornal ainda denuncia: “Tendo assumido o poder central, o governo liderado pelo PBJ informou ao país que uma revisão estratégica e abrangente sobre o desempenho de nossa política nuclear estaria em andamento. Mas com a condução unilateral destes testes, simultaneamente ao lançamento bem sucedido do míssil Trishul, a Índia indicou ao mundo que ela possui não só as bombas nucleares, mas também o sistema de lançamento das mesmas. Uma indicação do pensamento do governo ficou clara na estridente campanha contra a China feita pelo ministro da Defesa. As declarações bélicas foram no sentido de realmente construir a bomba.”

Para os comunistas indianos, a decisão governamental

“prejudica os recentes avanços conseguidos pela iniciativa indiana no aprimoramento da política de boa vizinhança no subcontinente, além de colocar em xeque o papel já há muito representado pela Índia como país campeão universal da paz e do desarmamento, assim como o líder dos países do terceiro mundo nos esforços pelo desarmamento e desenvolvimento.”

O jornal finaliza afirmando: “A opinião democrática secular da Índia patriótica deve ser assegurada para que o país continue cumprindo seu incontestável compromisso com o desarmamento nuclear universal; de não ser a primeira nação a usar armas nucleares; de não acelerar a corrida armamentista e pela segurança nacional e a paz duradoura na região do Sudeste Asiático e em todo o mundo. Isto se torna particularmente necessário, no momento em que astutamente o imperialismo desejaria exercer uma nova pressão sobre a Índia, visando a assinatura de tratados desiguais e discriminatórios, bem como a aceitação de prescrições econômicas que prejudicarão ainda mais a soberania econômica do país. Não devemos permitir que o governo liderado pelo PBJ seja obrigado a abandonar a soberania econômica da Índia e impor ao nosso povo políticas econômicas de cunho imperialista.”

Nexhmije em 1942, quando integrava as forças guerrilheiras anti-fascistas na Albânia

Repúdio aos massacres em Kosovo

Outra angústia se acrescenta para os albaneses. Os bárbaros massacres por parte da Sérvia de Milosevic contra os nossos irmãos de Kosovo eliminarão famílias inteiras. Isto constitui um prenúncio da vontade dos sérvios de realizar seus antigos planos de depuração étnica dos territórios onde os albaneses vivem desde há séculos, muito antes de que os sérvios lançassem o olhar sobre eles.

O Grupo de Contato das grandes potências reunidas em Roma e recentemente em Bonn dá tempo a Milosevic, a fim de que este continue a aterrorizar a população albanesa de Kosovo e prepare assim o terreno militar para acender outro conflito armado nos Bálcãs. A indiferença e o tempo perdido não adotando sanções contra a Sérvia ameaçam não somente a Albânia mas toda a região dos Bálcãs e mesmo além. A maioria socialista e a coalizão que ela dirige fazem apelos à OTAN a fim de que ela envie forças militares a Kosovo. Os partidos de direita ligados ao Partido Democrático vão ainda mais longe exigindo que se outorgue à OTAN facilidades de entrada na Albânia através dos seus portos.

Albânia tem sido presa das potências

É este o objetivo dos Estados Unidos e da Comunidade Européia ao alimentar a crise na Albânia: controlar a Albânia, que é o ponto estratégico onde se cruzam os caminhos de três continentes. É este o mal que sempre acompanhou a Albânia. Este pequeno país, ao longo da sua história, tem sido uma presa das potências situadas a Leste, a Oeste, ao Norte e ao Sul, que a cobijam para repartí-la entre eles e de ter assim um ponto que lhes permita o acesso aos três continentes.

Mas o povo albanês lutou contra os fascistas e venceu, construiu o socialismo fazendo grandes sacrifícios e merecia amplamente esse socialismo. Tenho a firme convicção de que o povo não se esqueceu e de que ele lutará de novo pela independência e a soberania da Albânia e do socialismo.



te de seu papel nas situações catastróficas pela existência e o futuro da Albânia, decidiu, quando das eleições, assestar um golpe decisivo ao Partido Democrático e a seu líder Sali Berisha. As eleições antecipadas foram um plebiscito popular que assegurou 2/3 dos assentos do parlamento aos socialistas, que hoje exercem o poder em coalizão com outros pequenos partidos. O Partido Democrático não elegeu sequer um deputado na capital, o que prova os ressentimentos do povo em relação a Sali Berisha.

Comunistas albaneses reconquistam legalidade

Há dez meses o Partido Socialista está no poder, mas setores expressivos da população não estão contentes com o governo de Fatos Nano, o líder do PS. Ele faz de tudo para assegurar o apoio das grandes potências e das forças anticomunistas internas e se afastou completa e definitivamente da herança do Partido do Trabalho da Albânia. Eu penso que com a legalização do Partido Comunista, o Partido Socialista perderá boa parte de seu eleitorado, desiludido com sua política.

Os albaneses compreenderam, depois de muito tempo, que as grandes potências querem eternizar a crise na Albânia. Os albaneses se perguntam: Por que se prometeram tantas coisas à Albânia e nada se fez? Realizam-se reuniões em Roma, Londres, Estrasburgo e aqui, em Bruxelas, fala-se de ajuda, de investimentos, de miniplanos Marshall etc., mas até agora não saiu nada de concreto.

Diz-se que é preciso assegurar a ordem pública, mas isto é impossível se a máfia internacional continuar a alimentar o crime, o contrabando e todo um painel de outros fenômenos antes desconhecidos, como o tráfico de drogas, a prostituição etc. Para os albaneses, é inaceitável que certas instâncias das grandes potências da Europa e do outro lado do Atlântico defendam esses mesmos políticos que destruíram a Albânia.



Lula conclama à unidade

Texto e fotos
Guioamar Prates

A Marcha Nacional por Emprego e Direitos Sociais culminou com um ato realizado a 500 metros do Congresso Nacional, no dia 20 de maio. Além dos presidentes das entidades promotoras, o ato contou com a presença do candidato das oposições, Luis Inácio Lula da Silva. Ele criticou o governo de Fernando Henrique Cardoso e afirmou que é preciso derrotá-lo: "Temos que ganhar já no primeiro turno", disse, conclamando à unidade de todos os que estão insatisfeitos com a situação do país.

Lula ironizou a declaração de FHC de que a oposição não tem programa de governo: "O Fernando Henrique desistiu de falar mentiras aqui, já que ninguém acredita nele, e resolveu mentir lá fora. Para Lula, o programa do atual



Passeata tomou conta da Esplanada dos Ministérios

governo não interessa ao povo. "É um projeto que salva bancos, usineiros e empreiteiras", resumiu, "enquanto milhões perdem seus empregos, os funcionários públicos e professores não

têm reajustes há três anos e meio e os micros e pequenos empresários estão quebrando a cada dia".

Insulto a milhões

O líder do PCdoB na Câmara Federal, Haroldo Lima, falou em nome do Partido, centrando suas críticas na política de desemprego e acusou FHC de corromper parlamentares para impor sua reeleição e para saquear o patrimônio público.

O deputado disse que o presidente da República insultou milhões de trabalhadores brasileiros ao chamar de vagabundos os que se aposentaram antes de 50 anos de idade, pois, em sua grande maioria, esses aposentados são pessoas que começaram a trabalhar ainda crianças, "deram duro durante toda uma vida e, completado o tempo exigido pela lei, se aposentaram com rendimentos miseráveis e voltaram a trabalhar para assegurar o sustento de suas famílias".

Haroldo concluiu dizendo que o presidente e muitos de seus auxiliares que recebem aposentadorias milionárias sem na verdade terem trabalhado o tempo exigido pela legislação é que merecem o epíteto de vagabundos.



Lula diz que é preciso derrotar FHC

Chega de FHC

Desemprego, seca, dengue, desrespeito para com a população. Motivos não faltam para o povo brasileiro estar descontente com a população. Uma pesquisa realizada pela Vox Populli, divulgada no dia 19 de maio, mostra que a insatisfação começa a tomar forma e orientar os eleitores em outra direção, mesmo levando em conta toda a cautela necessária quando se trata de pesquisas eleitorais.

A pesquisa, realizada dois dias após FHC ter chamado os aposentados de vagabundos, mostra que de dezembro do ano passado a maio deste ano, a inten-

ção de voto em FHC caiu de 40% para 34%, o que significa que ele perdeu 6 milhões de eleitores.

Se a eleição fosse hoje, haveria segundo turno e FHC teria que enfrentar Lula, que aparece na pesquisa com 25% das intenções de voto.

Outro dado importante é que FHC hoje é um dos candidatos mais rejeitados. 17% dos eleitores não votariam nele de jeito nenhum. Em dezembro, ele tinha 10% de rejeição.

A campanha, oficialmente ainda não começou. Mas as pessoas já começam a perceber que mudanças são necessárias no rumo do país. (G.P)



Manifestantes ocuparam o gramado diante do Congresso



Manifestantes cobram as promessas não cumpridas

A Classe Operária



Rua Adoniram Barbosa, 53
Bela Vista - São Paulo - SP
CEP 01318-020
Tel.: (011) 3104 4140



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

IMPRESSO